UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

RAQUEL LEITE ARAUJO

INDEXAÇÃO EM BIBLIOTECAS JURÍDICAS
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

PORTO ALEGRE
2010

RAQUEL LEITE ARAUJO

INDEXAÇÃO EM BIBLIOTECAS JURÍDICAS
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientação: Profª. Drª. Regina Helena van der Laan

PORTO ALEGRE
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto
Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
Diretor: Prof. Me. Ricardo Schneiders da Silva
Vice-Diretora: Profª Drª Regina Helena van der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
Chefe: Profª. Drª. Ana Maria Mielniczuk Moura
Chefe substituta: Profª. Drª. Helen Beatriz Frota Rozados

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A658i Araujo, Raquel Leite
Indexação em bibliotecas jurídicas: um estudo exploratório/ Raquel Leite: orientação de Regina Helena van der Laan. – Porto Alegre: 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
60 f.

1. Biblioteca especializada. 2. Biblioteca jurídica. 3. Indexação. I. Laan, Regina Helena van der. II. Título.

CDU 025.4.03

UFRGS – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Departamento de Ciências da Informação
Rua: Ramiro Barcelos, 2705
CEP: 90035-007
Tel: (051) 33085146
Fax: (51) 33085435
Email: dci@ufrgs.br

RAQUEL LEITE ARAUJO

INDEXAÇÃO EM BIBLIOTECAS JURÍDICAS: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Examinado em: ...../ ...../ .....

Banca Examinadora:

_____
Profª. Drª. Regina Helena van der Laan

_____
Profª Me. Letícia Strehl

_____
Profª Me. Rita do Carmo Ferreira Laipelt

AGRADECIMENTOS

Deus por me capacitar, pois a todos dá a sabedoria quando solicitada.

Ao meu querido Pai (em memória) de quem herdei a sede de saber, e a quem dedico este trabalho.

A minha mãe (em memória) que nunca desistiu

Ao meu amado esposo Edson que procurou compreender minhas necessidades e me apoiou quando precisei.

A minha família, uma fortaleza nos momentos difíceis. Especialmente minhas irmãs Eunice e Mirian.

Com especial atenção agradeço a minha orientadora que mais de uma vez durante o curso me apoiou em meus estudos, e assumiu minha orientação com determinação.

A minha colega e amiga Salete que me fortaleceu quando surgiram dúvidas e a quem sempre poderei recorrer, pois tem um imenso coração.

Ao Markus e a Rita que me ajudaram na revisão do inglês.

A todos os colegas com quem compartilhei sonhos e preocupações.

E a todos que de várias maneiras me apoiaram, agradeço.

Eu segurei muitas coisas em minhas mãos
e eu perdi tudo;
mas tudo que eu coloquei nas mãos de Deus,
eu ainda tenho

Martin Luther King

RESUMO

Analisa o processo de representação da informação nas bibliotecas jurídicas. Pesquisa exploratória realizada com 32 bibliotecários que atuam em bibliotecas jurídicas de Porto Alegre – RS, um grupo considerado típico, em função das características que possuem em comum. O trabalho, de abordagem quantitativa, foi dividido em duas partes. A primeira parte consiste de uma revisão bibliográfica que aborda os conceitos pertinentes a pesquisa, e as relações que se estabelecem entre eles. Na segunda parte é aplicado um questionário estruturado com vinte perguntas abertas e fechadas, agrupadas na análise conforme os objetivos propostos. A pesquisa verifica o perfil dos bibliotecários quanto à formação e tempo de atividade como indexador. Também, identifica as características da representação da informação nas bibliotecas pesquisadas, analisa os instrumentos usados neste processo, e os fatores que o influenciam. Constata que a representação da informação nas bibliotecas jurídicas pesquisadas é realizada por bibliotecários com um tempo de experiência entre 5 e 10 anos, e que em geral não têm buscado atualização através da educação continuada. Observa que estas bibliotecas possuem política de indexação formalizada, mas sem previsão de atualização. Verifica que o processo de indexação se caracteriza por uma grande exaustividade e alta especificidade, e que nesta atividade são utilizados, além do vocabulário da própria biblioteca, tesauros de outras instituições. Relata que o documento indexado com prioridade é o livro que contém doutrina, e nele são examinados com prioridade o sumário, o título, o subtítulo e o resumo. Relata que uma das dificuldades apontadas pelos bibliotecários é a leitura do documento, em função da falta de conhecimento da área jurídica e da linguagem do usuário, o que é uma contradição em relação ao tempo de atividade observado. A deficiência de recursos humanos é outro item apontado como fator negativo para a realização da indexação. Estaca-se nesta pesquisa a necessidade de registro e atualização da política de indexação.

Palavras-chave: Representação da informação. Biblioteca jurídica. Política de indexação.

ABSTRACT

It analyzes the representation of information in law libraries. A exploratory research was conducted with 32 librarians who work in law libraries in Porto Alegre - RS, a group considered typical, depending on the characteristics they have in common. The study of - quantitative approach was divided into two parts. The first part consists of a literature review that discusses the concepts relevant to the research, and the relations established between them. In the second part is applied a structured questionnaire with twenty open and closed questions, grouped according to the analysis goals. The study assesses the profile of librarians in their academic formation and activity time as the indexing. It also identifies the characteristics of the representation of information in libraries surveyed, examines the instruments used in this process, and factors that influence it. Notes that the representation of information in law libraries surveyed is performed by librarians with a time of experience between 5 and 10 years and have generally not tried to update themselves through continued education. It also notes that these libraries have a formalized policy of indexing, but have no plans for upgrade. It observes that the indexing process is characterized by a thorough and high specificity, and that these activities are used in addition to the library's own vocabulary and thesauri of other institutions. It reports that the document indexed with priority is the book that contains doctrine, and in it the summary, title, subtitle and summary are examined as a priority. One of the difficulties by librarians is the reading of the document, due to lack of knowledge of legal and user language, which is a contradiction in relation to the activity time observed. Deficiency of human resources is another item identified as a negative factor for the realization of indexation. Stake in this research is the need for registration and updating the indexing policy.

Keywords: Representation of the information. Law library. Indexation policies.

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1: Tempo de serviço como bibliotecário..... **32**

GRAFICO 2: Tempo de serviço como indexador jurídico..... **32**

GRÁFICO 3: Cursos realizados pelos bibliotecários **33**

GRÁFICO 4: Bibliotecas que possuem política de indexação **34**

GRÁFICO 5: Nível de exaustividade na indexação **36**

GRÁFICO 6: Grau de prioridade com que são indexados os conteúdos **39**

GRÁFICO 7: Outros fatores que influenciam na indexação..... **46**

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Partes do documento mais examinadas na indexação **43**

TABELA 2: Fatores que influenciam na qualidade da indexação **45**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 REFERENCIAL TEÓRICO..... 13
2.1 Biblioteca Jurídica 13
2.2 Política de Indexação 17
2.3 Linguagem de Indexação 21
2.4 Representação da Informação 23
2.5 Indexação em Bibliotecas Jurídicas 26
2.6 Recuperação da Informação 27

3 METODOLOGIA 29
3.1 Modelo de Pesquisa..... 29
3.2 População e Amostra 29
3.3 Instrumento para Coleta de Dados 31
3.4 Plano de Análise e Apresentação dos Dados..... 31
3.5 Estudo Piloto 32
3.6 Limitações da Pesquisa 33

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS..... 34
4.1 O Perfil dos Bibliotecários Jurídicos 34
4.2 Política de Indexação..... 37
4.3 Linguagem de Indexação 41
4.4 Representação da Informação na Biblioteca Jurídica 42
4.4.1 *Tipos de documentos indexados*..... **42**
4.4.2 *Conteúdos dos documentos indexados* **43**
4.4.3 *Partes do documento analisados na indexação* **44**
4.4.4 *Alguns fatores que influenciam na indexação* **45**

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 49

REFERÊNCIAS 53

APENDICE A – QUESTIONÁRIO 57
APÊNDICE B – TABULAÇÃO DOS DADOS 62

1 INTRODUÇÃO

Não há, no contexto atual de mudanças provocadas pela avalanche informacional e tecnológica, como imaginar o mundo sem organização. O objetivo da biblioteca é a organização e tratamento de seu acervo para oferecer como produto final a informação organizada, acessível e relevante. Se a biblioteca estiver inserida na área jurídica a demanda será por informação especializada em face do caráter singular do seu público alvo.

As bibliotecas jurídicas geralmente pertencem a órgãos públicos do poder judiciário, escritórios de advocacia, escolas superiores, associações e em departamentos jurídicos de empresas. O acervo deste tipo de biblioteca se divide em doutrina, legislação e jurisprudência, disponível tanto em papel como em outros suportes.

O público atendido por estas bibliotecas são juízes e seus assessores, promotores, advogados e estagiários, que possuem necessidades informacionais específicas de acordo com suas áreas de atuação.

Utilizando as diversas fontes de informação e técnicas de pesquisa, o bibliotecário desta área terá, então, a missão de fornecer subsídios informacionais confiáveis e sempre atualizados aos seus usuários.

A informação neste meio precisa estar atualizada, organizada e disponível a fim de ser recuperada e responder aos questionamentos dos usuários, que podem ser vitais para debelar conflitos jurídicos e orientar procedimentos

A qualidade da indexação, etapa da representação da informação, em que o conteúdo do documento é analisado e tem seus conceitos traduzidos para uma linguagem controlada, interfere diretamente na recuperação da informação,

representando assim, uma das atividades mais importantes na rotina de tratamento da informação.

Devido à relevância da indexação na área jurídica e à necessidade de conhecer melhor o assunto, é que este trabalho foi proposto.

A pesquisa se propôs a verificar como se dá a representação da informação, mais especificamente a indexação, identificando as características desta atividade, conhecendo os instrumentos usados neste processo e os fatores que o influenciam. Como a indexação possui também um aspecto subjetivo, procurou obter o perfil dos bibliotecários que exercem essa atividade no que concerne a sua formação e experiência como indexador.

A pesquisa foi realizada com um grupo de 32 bibliotecários atuantes em bibliotecas jurídicas de Porto Alegre. Como o trabalho se propõe a obter uma visão inicial sobre o assunto, e por não ser possível precisar o tamanho da população de bibliotecários jurídicos, a pesquisadora optou por uma amostra não probabilística, o que não afeta sua validade, pois a proposta é um estudo exploratório.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este item apresenta o referencial teórico da pesquisa, relacionando os conteúdos abordados no trabalho com o conhecimento científico já disponível sobre os mesmos.

2.1 Biblioteca Jurídica

Dentre as tipologias de bibliotecas existentes há as bibliotecas especializadas que estão vinculadas e subordinadas a uma instituição mantenedora, pública ou privada, cujo acervo é dedicado a um assunto ou grupo de assuntos em particular que objetiva atender as necessidades de uma organização específica na qual se insere. Exemplos destas bibliotecas são as bibliotecas jurídicas e outras unidades de informação presentes em instituições, empresas e indústrias especializadas num determinado ramo de atividade. Conforme Figueiredo (1996, p.76):

> As bibliotecas especializadas diferenciam-se por sua estrutura orientada ao assunto uma vez que as organizações maiores nas quais se inserem têm normalmente objetivos mais específicos que gerais. Muito naturalmente se conclui que elas se distinguem também pelo tipo de pessoas de que são servidas: pessoas associadas às organizações mantenedoras e que têm interesses e habilidades especiais.

A biblioteca especializada segundo Figueiredo (1978) é um sistema de informação de um assunto ou grupo de conhecimentos. Para Targino (1988) é aquela que tem um acervo composto de material bibliográfico técnico destinado a atender os campos de atuação de uma determinada instituição.

Quanto às fontes de informação disponíveis nestas bibliotecas, além dos tradicionais materiais como livros e periódicos especializados, é comum ter-se

relatórios e trabalhos técnicos e científicos, bases de dados e diretórios específicos, patentes, catálogos, dados estatísticos, e outras fontes selecionadas a especialidade e objetivos da instituição.

A principal característica da biblioteca especializada a ser salientada neste trabalho é a especificidade do serviço que oferece. As informações circulantes na organização e contidas em seus documentos devem estar organizadas e disponíveis de maneira a facilitar os processos de tomada de decisão.

Neste tipo de biblioteca e importante ressaltar o tratamento dado as informações, que deve atender a um grupo particular de usuários e suas necessidades específicas. Estas necessidades poderão ser conhecidas através de um estudo que identifique o perfil da clientela e com o qual seja possível estabelecer parâmetros que norteiem os procedimentos de tratamento da informação.

Outra característica importante é a atualização. Em áreas como a medicina e o direito, por exemplo, onde são produzidos novos documentos em grande quantidade e que se renovam com freqüência, faz-se necessário um acompanhamento permanente dos conteúdos, suas mudanças e perspectivas futuras, visando antecipar-se a demanda dos usuários. Em se tratando de bibliotecário jurídico, este precisa estar atualizado com os acontecimentos a nível mundial, nacional e local, pois as demandas da sociedade é que movem a máquina jurídica, tanto na criação como na aplicação das leis. A busca da informação atualizada é o ideal a ser perseguido, sob pena de o acervo ficar desatualizado e a biblioteca perder sua função e credibilidade.

A catalogação cooperativa tem sido um fator preponderante no trabalho realizado pelas bibliotecas especializadas, pois evita o retrabalho, poupando tempo ao bibliotecário.

A quantidade de documentos, gerada em áreas especializas, cresce exponencialmente e seria impossível organizar e disponibilizar estes conteúdos em tempo hábil sem a ajuda de sistemas informatizados de armazenagem, disponibilização e recuperação da informação. As tecnologias favorecem o acesso às informações, e as distâncias deixam de ser problema, mas em contrapartida abre-se um leque de possibilidades ao bibliotecário, que precisará adquirir outras competências através de cursos, eventos e grupos afins para troca de informações.

Dentre o grupo das bibliotecas especializadas destaca-se a jurídica que geralmente pertencente a uma instituição de âmbito jurídico, ou que possui um departamento jurídico. Por este fato os usuários que dela se utilizam são pessoas ligadas a estes organismos como os magistrados, advogados, estudantes e professores de direito, legisladores e em menor escala a população em geral.

Segundo Silva e Rolim (2009), os lugares de atuação do bibliotecário jurídico são variados, vão desde escritórios de advocacia, bibliotecas de tribunais e associações, departamentos jurídicos de empresas até bibliotecas universitárias especializadas no direito e outros centros de documentação jurídica.

Segundo Passos (2005), uma característica comum da biblioteca jurídica é o menor atendimento presencial, pois os magistrados e advogados delegam a pesquisa inicial a seus assessores e estagiários, preferindo receber a informação em seus gabinetes.

O acervo da biblioteca jurídica é composto de documentos em diversos suportes cujos conteúdos se referem direta ou indiretamente a área jurídica. Estes documentos podem ser disponibilizados no suporte papel ou digital como livros, cd-roms, e documentos eletrônicos disponibilizados em bases de dados on-line. As

bibliotecas especializadas caracterizam-se por possuir um acervo mais atualizado e específico.

Os documentos podem ter caráter primário, ou seja, apresenta o conteúdo na íntegra, como artigos e monografias, relatórios patentes e outros, podem ser secundários que trazem referências sobre documentos primários como as bibliografias, dicionários e enciclopédias, ou terciários como bibliografia de bibliografias e diretórios.

Quanto à documentação jurídica Atienza (1979, p. 19) define como “a reunião, análise e indexação da doutrina, legislação, jurisprudência e de todos os documentos oficiais relativos a atos normativos ou administrativos”, A legislação é composta pelo conjunto de normas jurídicas como leis, medidas provisórias, decretos, dente outros, a jurisprudência, como conjunto de decisões judiciais em relação a determinado assunto ou emanadas de determinada corte ou instância e a doutrina, o conjunto da literatura técnica produzida por especialistas da área jurídica. Denominadas também respectivamente por normativa, interpretativa e descritiva, todas contam com fontes específicas de divulgação como, diários oficiais, periódicos depositários de legislação e jurisprudência, além dos livros e periódicos especializados no formato papel e digital.

Um fato que se destaca com relação à informação jurídica é relativo ao seu exponencial crescimento. Há uma grande quantidade de materiais bibliográficos produzidos na área, sobre tudo republicações, além das constantes mudanças legislativas que conseqüentemente aumentam a produção bibliográfica.

Outro fator importante diz respeito exatamente à questão das alterações legislativas que ocorrem com freqüência, exigindo uma constante atualização das

informações, principalmente dos códigos legislativos e códigos comentados, interpretados e anotados.

2.2 Política de Indexação

Para orientar a indexação dos documentos em uma unidade de informação é necessário estabelecer-se uma política de indexação que reflita a filosofia da organização onde está inserida.

A política de indexação é um conjunto de diretrizes registradas, que tem a finalidade de nortear processo de representação da informação, uma das partes mais importantes do de tratamento da informação.

Para se elaborar esta política e adequá-la às necessidades da organização é necessário, segundo Carneiro (1985), levar em conta as características e objetivos da organização, a identificação dos usuários e os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

O objetivo principal para o estabelecimento de uma política de indexação é a satisfatória recuperação da informação, e deve levar em conta onde será disponibilizado este produto, ou seja, a características do sistema utilizado pela biblioteca.

Para que a política efetivamente alcance seus objetivos é preciso conforme Carneiro (1985), observar alguns fatores quando da sua formulação como: a área de cobertura da biblioteca, seleção e aquisição de documentos, o processo de indexação, a estratégia de busca e o tempo de resposta do sistema

A cobertura dos assuntos será definida a partir de um estudo de uso e usuários onde se poderão identificar as áreas que necessitam de um tratamento

mais aprofundado, e que orientarão a seleção e aquisição de documentos que serão incorporados o acervo da unidade de informação. E, também Fujita (2006, P.50), lembra que:

> É preciso que as bibliotecas percebam a importância da indexação em todo o ciclo documentário, considerando-a como parte da administração, compreendendo que a indexação necessita de parâmetros que guiem os indexadores no momento de tomadas de decisões minimizando subjetividades e incertezas durante o processo de indexação, reconhecendo, portanto, a importância em se implantar uma política de indexação.

Também, segundo Lancaster (2004) a política de indexação que visa à recuperação da informação deve se preocupar com o as necessidades dos usuários na medida em que considera a cobertura dos assuntos e a qualidade dos materiais que serão indexados, a capacidade de revocação e de precisão do sistema, o esforço e tempo despendido na busca e a forma de apresentação dos resultados.

Ainda com relação ao processo de indexação, a política deve orientar quanto aos níveis de especificidade e exaustividade, a linguagem documentária a ser usada, bem como os níveis de revocação e precisão, adequados as necessidades dos usuários.

A especificidade é definida por Foskett (1973), como a extensão em que o sistema nos permite a precisão ao especificarmos o assunto de um documento que estejamos processando na indexação. Quanto mais específica For a descrição do conceito contido no documento maior a probabilidade de ser recuperado na busca, Para que isso ocorra a linguagem usada na indexação precisa viabilizar a comunicação entre indexador e usuário.

A exaustividade é, conforme Lancaster (2004), basicamente a quantidade de descritores atribuídos a um documento, ou seja: Um documento será descrito exaustivamente se todos os assuntos abordados em seu cerne forem indexados usando-se a linguagem documentária definida pela biblioteca. Em uma biblioteca

especializada como a jurídica, por exemplo, o nível de exaustividade sempre será maior do que numa biblioteca pública, cujo acervo é mais geral que específico.

Então segundo Carneiro (1985) e Lancaster (2004), o nível de especificidade e de exaustividade na indexação são as decisões mais importantes a serem tomadas quando da definição da política de indexação.

A revocação, quantidade de documentos recuperados numa busca, depende diretamente do nível de exaustividade com que estes documentos foram indexados.

Quando a indexação é realizada com alto índice de exaustividade, também será alto o nível de revocação, mas isto não significa que os documentos recuperados serão relevantes para o usuário. Pelo contrário a precisão na recuperação da informação parece ser mais facilmente alcançada quando se usa termos indexadores mais específicos.

Um fator a ser considerado ainda, é quanto estratégia de busca, se esta será realizada pelo bibliotecário ou pelo usuário. Esta decisão definirá como será a indexação. Igualmente importante para Carneiro (1985), é o tempo de resposta, ou seja, quanto tempo o usuário esperará para receber o resultado de sua consulta. Se este necessita de informações mais precisas isto demandará um tempo maior de busca.

Em fim, o objetivo da indexação é a recuperação da informação e para que a política de indexação seja eficaz, e haja coerência no trabalho dos indexadores, ela precisa estar formalmente registrada. Isto não quer dizer que seja algo imutável, porque conforme Nunes (2004. p.57)

> Formalizar não significa sacralizar, pois que a política de indexação necessariamente será atualizada conforme se alterem as condições institucionais e conforme evolua o conhecimento humano, processo que afeta a linguagem natural e, por decorrência, as linguagens documentarias.

Então, para que a política não se torne obsoleta a sua atualização deve estar prevista, para que ocorra periodicamente e não a critério de quem estiver indexando no momento, pois desta forma corre-se o risco de transformá-la num documento repleto de inconsistências.

Na prática da indexação é que o bibliotecário poderá avaliar a importância de ter-se uma política que oriente os procedimentos de representação da informação.

2.3 Linguagem de Indexação

Dentre as decisões que devem constar da política de indexação, a linguagem de indexação escolhida é de suma importância, pois é o elo de comunicação entre o indexador, o autor do documento e usuário e, influencia diretamente a recuperação da informação.

Uma definição para linguagem de indexação ou vocabulário controlado conforme Lancaster (2004, p.19), é:

> [...] essencialmente uma lista de termos autorizados, mas não somente uma lista, pois possui estrutura semântica que visa controlar sinônimos, diferenciar homógrafos, e estabelecer relações hierárquicas e associativas.

E Lancaster (2004), ainda afirma que os principais tipos de vocabulários controlados são os esquemas de classificação bibliográfica, lista de cabeçalhos de assuntos e tesauros.

Os tesauros de acordo com Fujita e Cessel (2000, p.3):

> [...] constituem-se de descritores que podem ser combinados ou não entre si na indexação, relacionados entre si semanticamente e genericamente. Representam primeiramente os conceitos para depois especificar suas relações e são desenvolvidos para sistemas pós-coordenados.

E ainda citando Fujita e Cessel (2000, p.3):

> Em relação aos Cabeçalhos de Assunto são Linguagens pré-coordenadas, não hierárquicas e o arranjo é alfabético. Apresentam sinônimos, quase sinônimos e homógrafos. Prevê regras específicas tais como forma de entrada do descritor, uso de singular/plural, uso de abreviaturas e de termos traduzidos.

As linguagens documentárias têm como função padronizar a terminologia usada em determinada área. Isto é importante, pois cada pessoa tem sua maneira própria de se comunicar, ou seja, a linguagem natural se for transportada para a indexação pode causar incompreensão dos conceitos descritos.

Algumas funções das linguagens documentárias destacadas por Vogel (2009) são: a conversão de conceitos, recuperação da informação, controle do vocabulário, controle terminológico, meio de comunicação, representação das perguntas do sistema, propiciar a circulação da informação.

O controle do vocabulário favorece a coerência da indexação na medida em que todos os indexadores seguirão a mesma orientação na descrição dos conteúdos.

Ao padronizar a terminologia a Linguagem controlada favorece a indexação, garantindo uma representação uniforme dos conceitos na base de dados, e sua conseqüente recuperação.

Para que atinja seu objetivo a linguagem de indexação precisa ser definida baseada sempre na área de cobertura da biblioteca e no nível de necessidade de seus usuários. As áreas mais especializadas, como no caso da medicina ou jurídica necessitam de uma indexação exaustiva, ou seja, que descreva todos os assuntos abordados no documento, já outras precisarão de poucos descritores. Em geral opta-se por um número médio de descritores entre três e cinco.

Lancaster (2004) diz que a linguagem de indexação afeta o desempenho de um sistema de recuperação de informações em dois pontos: na estratégia de busca, estabelecendo a precisão com que o técnico de busca pode descrever os interesses do usuário e na indexação, estabelecendo a precisão com que o indexador pode descrever o assunto dos documentos.

A linguagem utilizada para traduzir os conceitos apresentados em um documento é tão relevante quanto o conteúdo deste, pois nada adianta ter documentos excelentes em termos de conteúdo, se estes não estão acessíveis a recuperação por parte do pesquisador, com economia de tempo.

Depois de definida a linguagem de indexação que melhor se adéqüe ao sistema de informação, é importante estabelecer a avaliação periódica da mesma, para corrigir as falhas que somente serão percebidas com o uso e preencher as lacunas surgidas com a evolução dos conceitos pertinentes a área a qual se destina.

2.4 Representação da Informação

A representação da informação, realizada pelo bibliotecário, é o meio de facilitar a comunicação entre o autor e o leitor, e neste processo o profissional da informação precisa interpretar as necessidades do usuário e, analisando o conteúdo do documento, atribuir-se termos que representem os conceitos nele contidos.

Segundo Rowley (2002, p.162) a indexação é o “processo de atribuir termos ou códigos de indexação a um registro ou documento que serão úteis posteriormente na recuperação deste documento ou registro”.

A norma 12.676 da ABNT (1992) divide o processo de indexação em três etapas, ou seja: exame do documento para estabelecimento do assunto tratado,

identificação dos conceitos abordados pelo documento e a tradução destes conceitos em uma linguagem de indexação.

A indexação segundo Lancaster (2004), envolve duas etapas principais que são análise conceitual e tradução. A tradução dos conceitos é feita usando um tipo de linguagem que pode ser livre ou controlada, de acordo com a área, e objetivos descritos na política da unidade de informação.

Para se obter uma indexação satisfatória, é necessário observar as características da organização a qual a biblioteca está subordinada, seus objetivos, tipos de usuários e suas necessidades de informação. Uma biblioteca jurídica, por exemplo, demanda um tipo específico de material e a abordagem da pesquisa nestes documentos será sempre bem específica.

Em se tratando de usuários profissionais da área como, juízes, promotores advogados, e estudante de direito, o nível de exaustividade e especificidade da indexação deve ser adequados as suas necessidades, pois conforme Lancaster (2004), a mesma publicação será indexada de maneira diferente para diferentes grupos dependendo dos interesses peculiares de cada um.

O indexador precisa transitar necessariamente pelo setor de referência da biblioteca, pois as atividades num centro de informação não são estanques e ele precisará de informações sobre as demandas de informação por parte dos usuários, a linguagem utilizada em suas solicitações para compreender o comportamento destes e antecipar suas necessidades.

A análise temática como primeira etapa da indexação se caracteriza pela leitura do documento identificando os assuntos tratados no documento, ou seja, a análise do conteúdo do documento, quais os conceitos expressos nele e quais os aspectos deste documento que serão de interesse para o público-alvo. Nesta leitura

deve-se observar o título e subtítulo, ficha catalográfica, palavras-chave, sumário, introdução, referências, índices e conclusão, dentre outros. Estes parâmetros ajudam a organizar e tornar mais objetiva a leitura técnica.

Para Fujita (2004), como o indexador realiza a leitura com objetivos profissionais, esta, sofre a pressão da falta de tempo devido à grande quantidade de material que necessita ler para indexar.

Sendo assim, ele precisa se utilizar estratégias eficazes próprias de leitura documentária que melhor lhe permitam atingir seu objetivo.

Outro fator a ser observado nesta etapa é a falta de conhecimento do indexador sobre o assunto, que se inicia segundo Fujita (2004), na formação do bibliotecário. Se esta não lhe possibilitou a aprendizagem de uma metodologia de análise de assunto ele terá dificuldade de leitura e uniformidade de procedimentos.

Também conforme Pinto (2001, p.231):

> As inovações terminológicas que se verificam em vários domínios do conhecimento exigem uma constante atualização tanto por parte das LD's, como pelos indexadores. Contudo, o que se verifica é que, na realidade, nem sempre os indexadores são treinados e/ou reciclados neste sentido, e muito menos as LD's são atualizadas.

Esta dificuldade pode advir também de uma política de indexação mal formulada, mal esclarecida ou até inexistente o que se reflete na segunda etapa da análise temática.

É na segunda etapa que os conceitos são traduzidos para uma linguagem controlada como um tesauro ou vocabulário controlado.

Segundo Novellino (1996), a linguagem de indexação usada nesta etapa padroniza a representação dos conceitos e também serve de instrumento de comunicação ao permitir que indexadores e usuários partilhem o mesmo vocabulário.

Nesta fase o indexador usará os conceitos selecionados durante a leitura e buscará no tesauro escolhido o termo que melhor represente estes conceitos.

As falhas que podem ocorrer, nesta fase da indexação segundo Lancaster (2004), são de dois tipos: deixar de usar um termo mais específico para representar um assunto ou empregar um termo inadequado ao conteúdo temático devido à falta de conhecimento ou desatenção.

E complementando o que foi dito, van der Laan (2002, p. 26), afirma:

> Neste processo torna-se evidente a importância dos conhecimentos prévios do indexador, seu conhecimento de mundo, seu conhecimento da área específica que esta sendo indexada, sua capacidade de fazer inter-relações com outros textos já indexados, além de um profundo conhecimento da linguagem e das estruturas discursivas do domínio específico de conhecimento que estiver indexando.

A qualidade da representação da informação só poderá ser percebida na recuperação da informação, e avaliando os resultados desta recuperação é possível obter subsídios para revisar os procedimentos de indexação diminuindo as inconsistências.

2.5 Indexação em Bibliotecas Jurídicas

O direito como outras áreas especializadas do conhecimento não possui uma linguagem uniforme, por isso, a tarefa de indexar documentos nesta área demanda empenho por parte do indexador para compreender seus conceitos. A legislação por apresentar modificações constantes, apresenta um desafio para o bibliotecário, pois, conforme surgem novas demandas e necessidades são criadas novas leis e novos termos para descrever os objetos nelas contidos. Segundo Atienza (1979) o indexador tanto deve extrair as palavras do texto legal como também os conceitos implícitos nele.

A leitura da legislação deve ser integral, para assimilação e compreensão de seu conteúdo. Só esta observação já deixa claro que a tarefa se mostra de difícil concretização em função do tempo despendido.

> A leitura, apesar da individualidade do ato realizado, é um ato social porque existe um processo de comunicação e de interação entre o leitor e o autor do texto, ambos com objetivos estabelecidos anteriormente dentro do contexto de cada um. Apesar de, aparentemente simples e tão natural, o processo de leitura possui uma complexidade que está subjacente porque depende do processamento humano de informações e da cognição de quem lê, de um texto elaborado por um autor e do contexto de ambos, o que determina os objetivos da leitura. (FUJITA, 2004, p1)

Ainda deve-se ter em mente que a indexação não é um processo mecânico e requer reflexão e ponderação em todas as suas fases. A leitura integral do texto, ainda segundo Atienza (1979), é necessária no caso de leis, pois, pode conter alterações diversas. As ementas contem apenas o assunto principal, o que limita a compreensão de todo o ato legal. Geralmente no final da do ato legal estão registradas as revogações que podem não aparecer na ementa, por isso a leitura integral do texto é a adequada para este tipo de documento.

Durante leitura preliminar o indexador buscará os conceitos contidos no documento como frases ou termos significativos que estejam declarados ou subentendidos. Nesta etapa a exaustividade é a regra, pois não se correrá o risco de se deixar algum assunto importante de fora. No entanto a interpretação deve primar pela fidelidade ao documento, pois excesso de interpretação ou omissões pode prejudicar a futura recuperação destas informações.

Esta fase exigirá do indexador muito conhecimento sobre a área e o ideal é consultar os especialistas da área para dirimir as dúvidas que surgirem.

Silva e Rolim (2009) concordam que o bibliotecário jurídico precisa basicamente conhecer a área jurídica, a terminologia utilizada, e dominar a estrutura textual dos documentos legais.

2.6 Recuperação da Informação

Recuperar a informação nada mais é do que obter a informação que se deseja, no menor tempo possível com o mínimo de ruídos, ou seja, recuperar apenas os documentos relevantes.

O objetivo final do tratamento e disponibilização de informações é atender as necessidades informacionais dos usuários, por isso devem ser levados em consideração alguns parâmetros importantes na recuperação da informação em uma base tais como: a relevância dos documentos recuperados, a revocação, consistência do resultado da pesquisa e o tempo gasto na busca.

Entende-se por revocação a capacidade de recuperar documentos úteis ou relevantes e por precisão a capacidade de evitar documentos inúteis (LANCASTER, 2004).

Para Jesus (2002) os Sistemas de Recuperação da Informação (SRI), ou simplesmente, Sistemas de Informação, entre outras funções neste contexto, visa dar acesso às informações contidas em documentos registrados, organizados e processados a fim de garantir a eficácia do processo de busca e maximizar o uso.

No domínio jurídico a meta da recuperação da informação é fornecer informações que sejam bons argumentos para justificar a aplicação da lei em um caso concreto. Segundo Bueno (1999, p.3), “A informação recuperada tem que auxiliar o profissional do direito a entender e interpretar se a solução de um caso jurídico é aplicável na solução de um caso presente”.

Para que haja uma eficiente e eficaz recuperação da informação é necessário, que não seja subestimada a importância da etapa de representação da

informação, pois o cuidado na realização dessa tarefa determinará o sucesso da recuperação dos documentos indexados.

3 METODOLOGIA

Neste item está especificado o tipo de estudo, a composição da população e da amostra, bem como o instrumento escolhido para a coleta de dados, e o tratamento dado aos mesmos.

3.1 Modelo de Pesquisa

Esta pesquisa trata-se de uma investigação exploratória, ou seja, que visa uma aproximação do tema. A abordagem da pesquisa é quantitativa, baseada em análises estatísticas, onde se procurou fixar médias, percentuais. Segundo Gil (1999), a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, tornando-o mais claro e passível de construir hipóteses, aprimorar idéias e descobrir intuições.

3.2 População e Amostra

O grupo de estudo foi constituído por 32 bibliotecários que trabalham em bibliotecas jurídicas de Porto Alegre – RS, em órgãos públicos, faculdades de direito e escritórios de advocacia. Este grupo se reúne periodicamente para analisar assuntos relevantes a área jurídica. Não foi feita a identificação do grupo porque eticamente seria incorreto, já que não foi solicitada tal autorização.

A escolha do grupo foi baseada nas características em comum, relativas à área em que trabalham, e a facilidade de acesso aos seus e-mails, disponíveis na web, para envio do questionário.

O questionário foi enviado duas vezes para os 32 bibliotecários. Os doze bibliotecários que responderam ao questionário constituíram a amostra que representa 37,5% do grupo. A amostra foi considerada válida para o tipo de estudo proposto.

3.3 Instrumento de Coleta de Dados

Como instrumento de coleta de dados foi usado um questionário estruturado, composto de 20 questões fechadas (ver APÊNDICE A).

Conforme Fachin (2003), ao elaborar um questionário é preciso ter sempre em mente seu propósito para que este produza resultados satisfatórios.

As respostas foram tabuladas e agrupadas para avaliação e análise das informações coletadas de acordo com os objetivos propostos.

3.4 Plano de Análise e Apresentação dos Dados

Os dados foram analisados estatisticamente e apresentados através de tabelas e gráficos contendo percentuais e médias. Foram apresentados na análise dos dados os gráficos mais relevantes e que contém informações mais importantes para a compreensão da pesquisa. A análise procurou agrupar as respostas em função de sua relevância e cruzar os dados de forma a estabelecer parâmetros de

comparação e correlação entre as informações obtidas no questionário à luz do referencial teórico compilado.

3.5 Estudo-Piloto

Foi feito um estudo-piloto para testar o questionário. Deste estudo participaram 2 bibliotecários com perfil idêntico a amostra deste estudo, mas não participantes do grupo, cuja avaliação serviu para verificar se os respondentes compreenderiam as perguntas, testando o nível de objetividade e clareza na formulação das mesmas. Isto possibilitou a reformulação do questionário para melhor atingir os objetivos da pesquisa.

Com resultado do estudo-piloto foi possível perceber a necessidade de reescrever algumas questões para melhorar a compreensão e tornar mais objetivas as perguntas procurando, entretanto, não influenciar o respondente na escolha da opção.

Questões menos relevantes foram suprimidas, buscando tornar menos extenso o questionário, não tomando, desta forma, tanto tempo do bibliotecário para seu preenchimento.

3.6 Limitações da Pesquisa

A pesquisa, por seu cunho exploratório e em função do tempo disponível, abordou apenas alguns tópicos mais relevantes sobre o tema, dentre tantos outros possíveis de serem investigados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise dos dados se deu de acordo com a metodologia já explicitada, e foi dividida em quatro blocos, com vistas a atingir os objetivos propostos.

Inicialmente foram analisadas as questões gerais, que visaram conhecer o perfil dos respondentes quanto à formação e tempo de atuação como bibliotecários jurídicos.

No segundo bloco foram agrupadas as questões referentes à política de indexação, no que concerne ao registro oficial, importância, atualização.

No terceiro bloco foram analisadas questões formuladas para conhecer o processo de indexação, propriamente dito, e os parâmetros norteadores, observados nesta atividade, bem como a linguagem utilizada.

No último bloco, os fatores de ordem geral e alguns específicos que influenciam na representação da informação na área jurídica

4.1 O Perfil dos Bibliotecários Jurídicos

Sabe-se que a área jurídica é considerada complexa e que utiliza uma linguagem própria para a comunicação entre seus pares. Dito isso, buscou-se saber se os bibliotecários pesquisados têm alguma formação específica para atuar no meio jurídico. Conforme o Gráfico 1, constatou-se que 50% da amostra tem mais de 15 anos de atividade como bibliotecário, e 33% tem entre 5 e 10 anos, do que se pode inferir que a maioria possui bastante experiência prática. O que corrobora com a informação encontrada em Passos (2001, p.2):

A maioria dos profissionais egressos dos cursos de Biblioteconomia "especializam-se" em função do emprego. Aqueles que passam a prestar serviços em bibliotecas jurídicas aprendem no trabalho diário as noções básicas do Direito e seu vocabulário próprio. Alguns profissionais sentem a necessidade de dupla formação voltam então à universidade para graduar-se em Direito. Não existem estatísticas nacionais sobre a dupla formação do bibliotecário que atua na área jurídica.

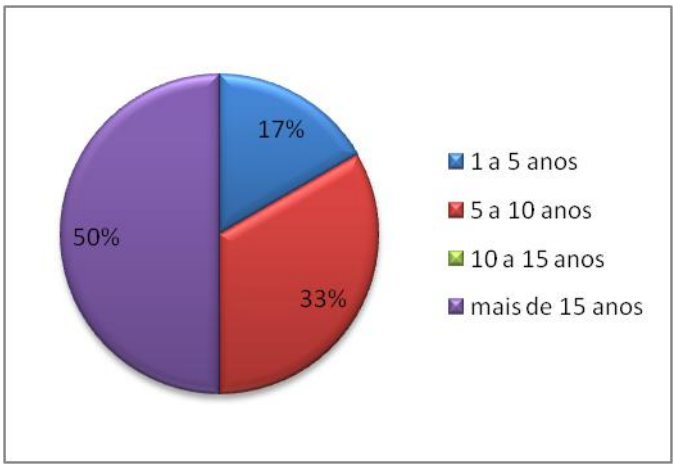

GRAFICO 1: Tempo de serviço como bibliotecário

Trabalhando como indexadores na área jurídica, temos um percentual de 42%, com um tempo de serviço entre 5 e 10 anos, Gráfico 2, tempo este razoável para obterem uma boa bagagem sobre indexação. Grande parte dos bibliotecários participantes da pesquisa trabalha em órgãos públicos, geralmente concursados. Esta estabilidade pode ser um fator relevante que possibilita adquirir experiência no tratamento da informação jurídica, ao longo da carreira.

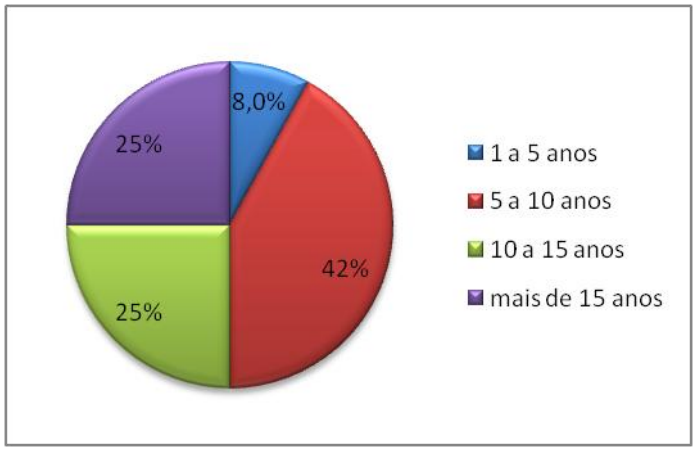

GRAFICO 2: Tempo de serviço como indexador jurídico

Dentre os bibliotecários pesquisados observou-se que além do bacharelado, 8% possuem mestrado e 8% declararam ter especialização.

Dentre os que citaram ter feito algum curso, somente 8% assinalaram a realização de curso específico para indexação de documentos jurídicos, Gráfico 3.

Observa-se segundo Loureiro (2005), que o bibliotecário jurídico conhecendo e compreendendo os conceitos jurídicos e suas inter-relações, poderá desenvolver com maior habilidade os serviços de sua competência e interagir com os especialistas da área para criação de novos conhecimentos, e para contextualizar a informação, objeto de seu trabalho. O bibliotecário necessita buscar o conhecimento jurídico, que pode ser adquirido pela educação formal ou não.

Com relação às tecnologias, necessárias no cenário atual, onde existem muitas informações disponíveis em suportes diversos, constatou-se que poucos bibliotecários realizaram algum curso específico nesta área. Os cursos que apareceram na pesquisa, com 33%, foram sobre bases de dados, representando um índice baixo, se levada em conta a celeridade dos acontecimentos no mundo informatizado e que demanda novas competências do bibliotecário.

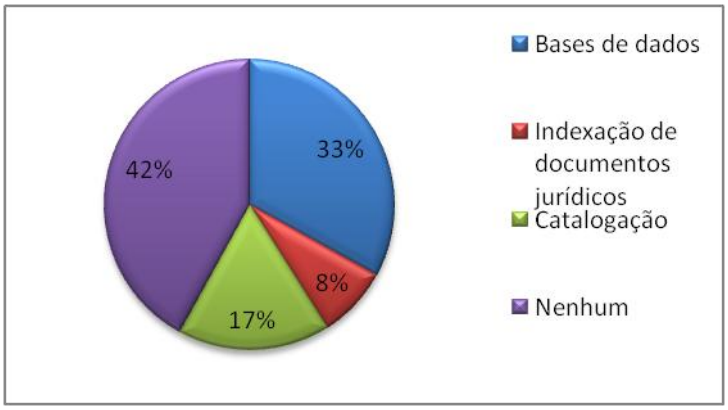

GRÁFICO 3: Outros cursos realizados pelos bibliotecários

Então com relação à educação continuada, pode-se dizer que o índice de procura por atualização entre os bibliotecários que responderam a pesquisa é baixo se comparado com a necessidade de conhecimento específico que a área jurídica demanda.

4.2. Política de Indexação

Através dos dados obtidos verificou-se que 83% das bibliotecas têm sua indexação orientada por uma política, conforme Gráfico 4. Este percentual é muito significativo, por tratar-se de um instrumento que segundo Rubi e Fujita (2003), imprescindível para o sucesso da indexação por ser norteadora de princípios e critérios que guiarão a tomada de decisões, e a melhoria dos serviços através da racionalização dos processos. E ela ainda salienta que só após a definição da política é que o sistema poderá definir suas características principais.

GRÁFICO 4: Bibliotecas que possuem política de indexação

Dentre os que informaram possuir uma política de indexação, 80% têm esta política formalizada, ou seja, documentada. Esta informação indica que nesta área há uma preocupação em formalizar os procedimentos, o que traz mais segurança ao indexador, principalmente quando há uma equipe, pois todos seguem o mesmo padrão de trabalho, diminuindo as incoerências que trariam ruído na recuperação dessas informações

Guimarães (2004), ressalta a necessidade de a política de indexação estar registrada para que se tenha clareza neste procedimento, independente de quem venha a realizá-lo.

Isto reforça também, a idéia de que o sistema não pode depender do conhecimento tácito de indivíduos, mas que o trabalho deve continuar mesmo na ausência destes, ou seja, que a informação registrada sobre o processo de indexação seja de tal forma, que outro bibliotecário possa dar prosseguimento na a indexação, baseado nestas diretrizes.

Dentre os respondentes um, que afirmou não ter política formalizada, justificou o fato dizendo que “não seguem uma política e sim uma filosofia”. Neste caso talvez haja uma confusão de conceitos, pois segundo Rubi e Fujita (2006) a política deve ser entendida como uma filosofia pertinente aos objetivos de

recuperação da informação e não somente como uma lista de procedimentos a serem seguidos durante a realização da indexação.

Outra justificativa para a não formalização da política que se destacou e que, por conter muitos dados é transcrita abaixo:

> *"O trabalho de indexação é muito dinâmico numa área muito especializada. Um tema pode ser de grande interesse num momento e noutro não. As jurisprudências necessitam de indexação exaustiva que só pode ser realizado por operadores do direito treinados. As bases do direito, não necessariamente necessitam de uma indexação exaustiva. Livros e periódicos podem ter indexação exaustiva dependendo do assunto, Desta forma uma política documentada só serviria para dormir no fundo de alguma gaveta."*

Baseado neste depoimento usado como argumento para a não formalização da política, se pode concluir justamente o contrário, que uma política formalizada, neste caso, poderia simplificar o processo de decisão quanto ao que deve ser indexado e em que nível de exaustividade, poupando tempo ao profissional. A política serve de base para o processo de representação da informação, não é um documento completo pronto e acabado que não admite revisões e exceções, e só ficará obsoleto se não for usado e revisado.

Dentre os que responderam possuir uma política de indexação, 75% afirmaram que não há previsão de revisão da política de indexação. No entanto, 66% afirmaram ser a política altamente relevante para o processo de indexação. Em face das mudanças que a cada dia se observa em todos os campos, e isto se aplica também no âmbito da biblioteca jurídica, uma revisão periódica da política possibilitaria avaliar e corrigir eventuais falhas bem como a atualizar e incluir parâmetros de representação da informação.

Portanto, fica uma lacuna que precisaria ser preenchida para explicar a discrepância entre o alto valor atribuído à política e em contrapartida a não

atualização da mesma. Um dos fatores apontado por um respondente foi a falta de tempo.

Outro fato que se observou foi o uso de fontes externas para apoiar a indexação, isto pode ser decorrente da desatualização da política na maioria das unidades pesquisadas, e está de acordo com a insatisfação relatada quanto à linguagem da própria biblioteca.

Quanto ao número de descritores utilizados, 92 % afirmam usar tantos quantos forem necessários, conforme Gráfico 5. Porém, esta exaustividade não significa necessariamente qualidade na recuperação da informação, porque muito ruído pode advir dessa prática, sendo recuperado um grande número de documentos, nem sempre relevantes a pesquisa solicitada. No entanto a exaustividade nesta área pode ser justificada pelo fato de que muitos documentos jurídicos podem tratar de vários assuntos reunidos sob um mesmo título.

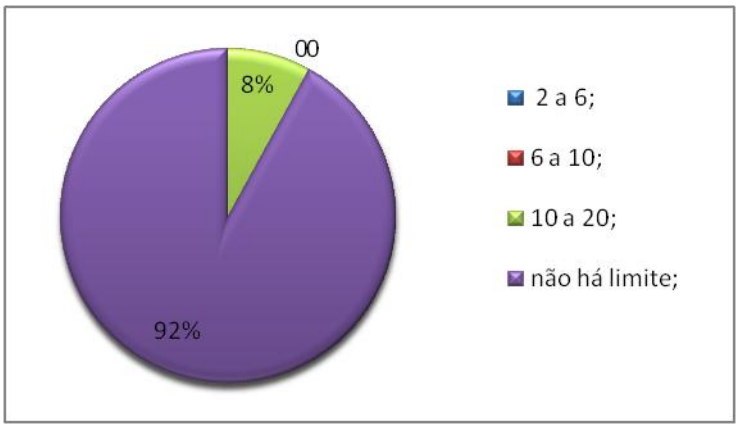

GRÁFICO 5: Nível de exaustividade na indexação

Para Carneiro (1985), O tipo de documento poderá determinar o nível de exaustividade da indexação. Por exemplo, uma indexação mais exaustiva para relatórios técnicos do que para outros documentos ou uma indexação mais exaustiva para determinados títulos de periódicos. E, ainda afirmando sobre a exaustividade diz que:

> O tipo de organização determinará também que sistema de indexação usar, bem como os níveis de exaustividade e especificidade exigidos. Uma organização industrial demandará um sistema de indexação com um nível de especificidade maior do que uma organização que atende a uma clientela cujo interesse seja mais geral como, por exemplo, uma biblioteca pública. (CARNEIRO, 1985, p.1)

Quanto à especificidade constatou-se através da pesquisa que 58% dos bibliotecários indexam com alto grau de especificidade os documentos, o que confirma a informação obtida na pesquisa bibliográfica, de que na biblioteca jurídica o tratamento dado aos documentos procura oferecer ao usuário a informação precisa e relevante, conforme escreve Rubi (2008, p.35):

> A indexação realizada de maneira mais específica resultará, portanto, em uma recuperação com níveis de revocação menor e com um índice maior de precisão, ou seja, mesmo sendo um número reduzido de documentos, são exatamente estes que correspondem às questões de busca do usuário.

4.3 Linguagem de indexação

A linguagem documentária mais empregada por estas bibliotecas é o vocabulário controlado da própria biblioteca, representado por 58% das respostas, e em segundo lugar aparece os tesauros de outras instituições como instrumento de apoio.

O fato de grande parte das bibliotecas elaborarem o próprio vocabulário talvez se justifique, porque, embora todas sejam jurídicas, trabalham com diferentes áreas no direito, como o direito trabalhista, o bancário, o ambiental e tantos outros que demandam informações bem específicas, e cujas linguagens também o são. Esta prática, no entanto, não favorece a indexação cooperativa, pois usando vocabulários controlados diversos torna-se difícil haver coerência entre os indexadores quanto aos termos a serem usados.

A informação que aparece na pesquisa sobre o uso de tesauros de outras instituições paralelo ao uso do vocabulário controlado da própria unidade, pode demonstrar a insuficiência do tesauro, na representação dos conteúdos indexados, evidenciando a necessidade de revisão do mesmo.

Conforme constatado na pesquisa, pois, 50% informaram que a linguagem utilizada não atendia às necessidades da biblioteca.

4.4 A Representação da Informação na Biblioteca Jurídica

As questões formuladas neste estudo, sobre o processo de representação da informação visaram fazer um apanhado geral dos pontos mais importantes.

4.4.1 Tipos de documentos indexados

Com relação aos tipos de documentos indexados, nesta pesquisa foram analisados os formatos e conteúdos, verificando o grau de relevância que adquirem em função das características da biblioteca jurídica.

Destacou-se na pesquisa, como prioridade na indexação, o livro como um todo perfazendo 67%, seguido do periódico com 33% das respostas. Este dado é importante, e levanta o questionamento do porque desta tendência, já que é nos periódicos que se encontram as informações mais atualizadas, uma vez que o livro demanda mais tempo par ser produzido.

O que poderia, também, justificar o índice relativamente baixo de preferência por indexar periódicos talvez se deva ao fato de haver, atualmente, a possibilidade de acessas bases de dados confiáveis on-line que indexam tais periódicos.

Na área jurídica tem-se, por exemplo, a RVBI – Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional, facilitando a consulta aos conteúdos dos mesmos.

4.4.2 Conteúdo dos documentos indexados

Quanto ao conteúdo, como demonstra o Gráfico 6, a doutrina figura em primeiro lugar na prioridade de indexação, seguida da legislação e 25% dos respondentes informou indexar jurisprudência.

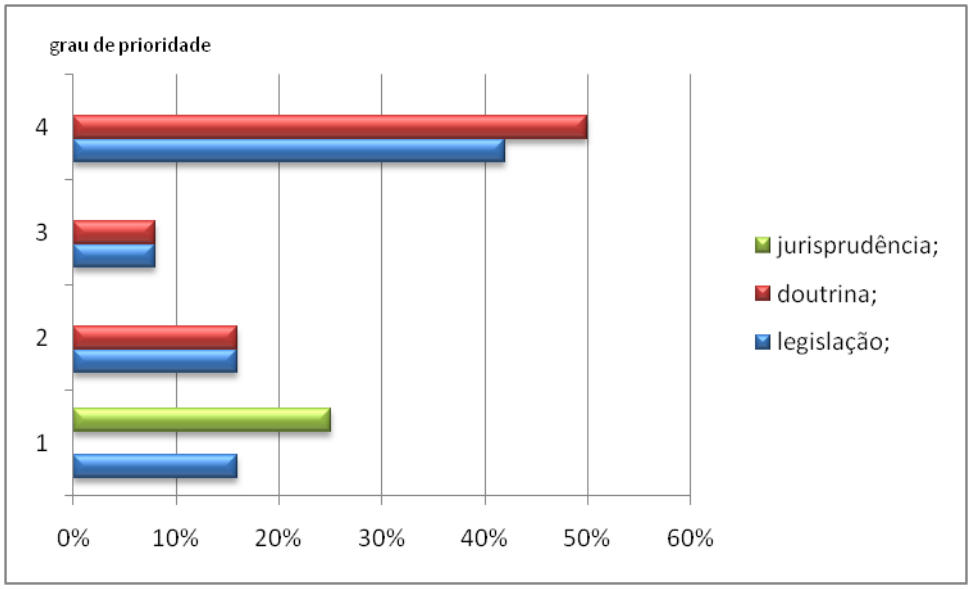

GRAFICO 6: Grau de prioridade com que são indexados os conteúdos

Este resultado se justifica, pois, o embasamento das atividades jurídicas está muito ligado à doutrina, pois esta traz a legislação e a jurisprudência entrelaçadas e interpretadas pelos autores, o que facilita a busca do pesquisador por subsídios que respaldem seus argumentos e decisões.

4.4.3 Partes do documento analisadas na indexação

Em relação à indexação propriamente dita procurou-se saber as partes do documento que são analisadas prioritariamente. Verificou-se que o sumário, o resumo, o título e subtítulo, e a introdução, são utilizados com maior freqüência para busca de informações sobre o conteúdo do documento. Verificou-se que 58% da amostra assinalaram o sumário como mais utilizado, em 2º lugar o resumo com 42% das respostas e 25% indicou usar o título e subtítulo em 3º lugar como fonte de informação.

Segundo Lancaster (2004), ao examinar o documento deve-se dar especial atenção ao título, resumo, sumário, introdução, as frases e parágrafos de abertura de capítulos, e as conclusões, ilustrações, gráficos, tabelas e respectivas legendas e palavras em destaque.

De acordo com a NBR12676 (1992), deve-se considerar especialmente o título e subtítulo, resumo, sumário, introdução, ilustrações, diagramas, tabelas, palavras em destaque e referências bibliográficas.

Percentual de bibliotecários que utilizam	Fonte de consulta	Prioridade
58%	sumário	1 º lugar
42%	resumo	2º lugar
25%	título e subtítulo	3º lugar
32%	Introdução	4º lugar
50%	palavras em destaque	5º lugar
42%	tabelas e seus títulos	6º lugar
25%	ilustrações como	7º lugar
25%	diagramas	8º lugar

TABELA 1: Partes do documento mais examinadas na indexação

4.4.4 Alguns fatores que influenciam na indexação

Os fatores apontados na literatura que influenciam o processo de indexação vão desde os mais subjetivos como o rol de conhecimentos do bibliotecário até as mais evidentes como a falta de uma política adequada que norteie este processo. A pesquisa procurou enfocar os fatores que mais apareceram na revisão de literatura.

De acordo com o constatado nas respostas, as dificuldades dos profissionais que indexam documentos jurídicos estão bastante pulverizadas, em geral todos acusaram alguma deficiência principalmente relacionada à capacidade de analisar o documento e o tempo disponível.

Conforme se pode observar na Tabela 2, os fatores que mais destacados como tendo influência sobre a indexação são a falta de conhecimento especializado na área jurídica e da linguagem do usuário.

Esta informação é muito relevante, pois conforme citado anteriormente, o tempo de atividade como indexadores jurídicos desse grupo está entre 5 e 10 anos, o que teoricamente seria um tempo razoável para obter-se conhecimento sobre a área em que trabalham e sobre a linguagem do usuário.

Quanto à falta de conhecimento da linguagem do usuário, é possível inferir que provavelmente muitos documentos não são localizados na hora da busca, pois podem não ter sido indexados com os descritores correspondentes aos usados pelos usuários. Também Lancaster (2004), diz que a falta de conhecimento do assunto pode levar a uma atribuição excessiva de termos, pois o indexador, por não conseguir distinguir entre dois termos, acaba indexando ambos, quando deveria atribuir só um.

Confrontando a existência destas dificuldades com a falta de revisão da política de indexação, declarado por 75% dos bibliotecários, pode-se inferir que as dificuldades apontadas se devem em grande parte a ausência de avaliação da política de indexação, momento em que as deficiências podem ser minimizadas.

Dificuldade encontrada na indexação	Percentual de bibliotecários	Grau de dificuldade (maior) 10 ⟷ 1 (menor)
Falta de conhecimento especializado na área	25%	Grau 10
	25%	Grau 9
	8%	Grau 8
	8%	Grau 7
	8%	Grau 4
	8%	Grau 3
	8%	Grau 1
Desconhecimento da linguagem do usuário	25%	Grau 10
	8%	Grau 8
	8%	Grau 7
	8%	Grau 5
	8%	Grau 4
	8%	Grau 2
	8%	Grau 1
Leitura dos documentos	16%	Grau 10
	16%	Grau 9
	8%	Grau 8
	8%	Grau 7
	8%	Grau 4
	8%	Grau 3
	8%	Grau 1
Domínio da terminologia	16%	Grau 10
	16%	Grau 9
	8%	Grau 8
	16%	Grau 4
	8%	Grau 2
Tarefas paralelas que demandam atenção	16%	Grau 9
	16%	Grau 8
	16%	Grau 7
	16%	Grau 5
	8%	Grau 1
Tradução dos conceitos	16%	Grau 10
	25%	Grau 6
	16%	Grau 5
	16%	Grau 1
Identificação dos conceitos	16%	Grau 10
	8%	Grau 9
	8%	Grau 8
	8%	Grau 7
	8%	Grau 6
	8%	Grau 5
	8%	Grau 2
	8%	Grau 1

TABELA 2: Fatores que influenciam na qualidade da indexação.

Na Tabela 2 destaca-se a falta de conhecimento na área jurídica como fator de dificuldade para realizar a indexação. Conforme verificado anteriormente apenas

8% dos bibliotecários já fez algum curso na área de indexação. Estas duas informações são um indicativo da necessidade de complementação da formação básica acadêmica da maioria do grupo pesquisado. Outros subsídios poderiam ser buscados como as especializações e cursos promovidos na área da ciência da informação, e também na área de atuação do bibliotecário, para suprir as lacunas existentes.

Como a representação da informação é baseada na correta interpretação dos conteúdos. Esta informação traz à tona a necessidade da educação continuada citada por Loureiro (2005) quando diz ser o valor do profissional, hoje, é diretamente proporcional ao seu apego à educação permanente. Especializar-se é tornar-se mais competitivo.

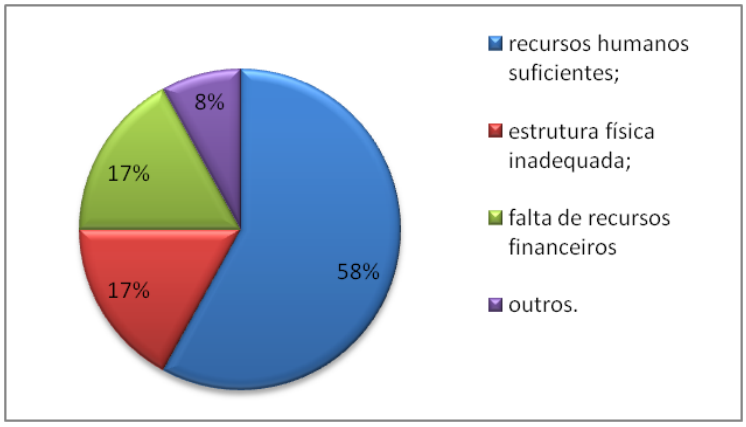

GRÁFICO 7: Outros fatores que influenciam na indexação

No que diz respeito aos recursos humanos (Gráfico 7) este foi apontado por 58% dos bibliotecários como insuficiente para realiza a indexação. Dentro da realidade atual das bibliotecas brasileiras, o profissional da informação precisa fazer o possível para levar a cabo esta tarefa. E, talvez, o mais importante a destacar, não seja a multiplicidade de tarefas que exigem atenção, mas sim a busca de ferramentas que viabilizem e simplifiquem estas tarefas, como ressalta Carneiro

(1985), quando há carência de pessoal deve-se optar por um sistema que exija o mínimo de tempo e recursos humanos na indexação e na manutenção.

Com relação à recuperação da informação, 75 % dos respondentes declararam que a pesquisa é realizada tanto pelo usuário quanto pelo bibliotecário.

Se ambos realizam esta tarefa a importância da linguagem utilizada se acentua, pois, esta deverá necessariamente ser um veículo de comunicação entre as partes. O bibliotecário neste caso precisa conhecer seu usuário de informação e entender sua linguagem. Como se observou na pesquisa, isto não ocorre, pois, um dos itens salientado nas respostas foi a falta e conhecimento da linguagem do usuário. Sem o conhecimento da linguagem usada pelo usuário não há garantia de que os termos usados na indexação serão os mesmos pesquisados pelo usuário durante a busca de informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados obtidos e confrontando-os com os objetivos propostos inicialmente por este trabalho, pode-se dizer que foram atingidos, mas que, devido à abrangência do assunto estudado, não foi possível abarcar todo o seu conteúdo. A pesquisa trouxe esclarecimento sobre muitos pontos desconhecidos, evidenciando outros sobre os quais o pesquisador possuía um conhecimento incipiente. O instrumento utilizado propiciou um conhecimento básico sobre o assunto, embora tenham surgido ao longo da análise outras questões que poderiam ser respondidas em uma entrevista pessoal.

A conclusão a que se pode chegar é que em média os bibliotecários jurídicos do grupo analisado têm adquirido experiência através do trabalho contínuo com a informação dessa área, e não em cursos realizados. Embora a procura pela educação continuada seja essencial segundo os autores consultados, os bibliotecários consultados não a tem priorizado. Conforme constatado através da pesquisa o tempo de atividade como indexador na área não garante habilidades suficientes para a realização desta tarefa.

As bibliotecas jurídicas, em sua maioria, estão preocupadas em desenvolver uma indexação consistente, e em formalizar este procedimento através de uma política, que embora considerada altamente relevante, não possui previsão de revisão periódica o que compromete sua qualidade e utilidade.

A linguagem utilizada pelos indexadores nestas bibliotecas é a controlada, geralmente desenvolvida nas próprias unidades de informação, mas utilizam também os tesauros de outras instituições.

Os bibliotecários apresentam-se insatisfeitos com o vocabulário utilizado, não os considerando suficientes para traduzir plenamente os conceitos dos documentos por eles analisados.

Na maioria das bibliotecas estudadas a exaustividade é ilimitada, ou seja, pode ser usado o número de indexadores que o bibliotecário achar necessário. Isto implica em alto índice de revocação, onde muitos documentos serão recuperados, mas, sem garantia de serem relevantes ao questionamento do usuário.

O nível de descrição dos documentos, na maioria destas unidades de informação pesquisadas, é muito específico. Em algumas, no entanto, a especificidade é determinada pelo tipo de documento, sempre tendo em mente a necessidade do usuário, o que parece ser o ideal, mas nem sempre realizável, porque conforme foi apontado, muitos desconhecem a linguagem utilizada pelo usuário.

Para auxiliar no processo de indexação, os bibliotecários recorrem a bancos de dados externos além de tesauros de outras instituições, indexando prioritariamente livros que contenham doutrina, onde são observados em ordem de prioridade os sumários, depois títulos e subtítulos e os resumos.

A leitura documentária realizada nas bibliotecas pesquisadas parece ser a área de maior dificuldade devido à falta de conhecimento por parte do indexador da área jurídica e da linguagem do usuário. A educação continuada aliada a um estudo dos usuários e suas necessidades informacionais parece ser adequado para minimizar estas dificuldades.

Quanto aos recursos humanos necessários à atividade de indexação, constatou-se através dos dados obtidos na pesquisa que são considerados insuficientes. O que parece mais adequado é avaliá-los antes de planejar o sistema

de informação, pois é preciso trabalhar dentro dos parâmetros disponíveis, já que em geral não se dispõe de recursos ilimitados.

Citando Fujita (2004), o indexador normalmente sofre a pressão da falta de tempo devido à grande quantidade de material que necessita ler para indexar, por isso, precisa utilizar-se de estratégias eficazes, próprias de leitura documentária, que melhor lhe permitam atingir seu objetivo.

A pesquisa é realizada tanto pelos usuários como pelos bibliotecários. Esta característica é importante porque pode ser usada para determinar parâmetros importantes na indexação, como, por exemplo, a linguagem utilizada, que deve objetivar a comunicação entre indexador e o usuário.

Entretanto, para avaliar efetivamente se o trabalho de indexação está atingindo seu objetivo, que é a recuperação da informação, faz-se necessário um estudo de usuários e a avaliação do sistema de recuperação da informação, onde será possível detectar necessidades e falhas.

Como as atividades que ocorrem na biblioteca não são estanques, é preciso uma avaliação abrangente desde a aquisição de documentos até a recuperação da informação contida nestes documentos levando em conta as características da organização onde ela esta inserida, os objetivos desta, as características de seus usuários, acervo, e estrutura disponível, dando especial atenção à representação da informação, alvo desta pesquisa.

Este trabalho não foi proposto com a intenção de exaurir o assunto representação da informação, fato que fica evidenciado no seu transcorrer, e sim, conhecer melhor a temática e motivar a busca por um conhecimento mais eficaz sobre o assunto.

Neste intuito, sugere-se que a política de indexação seja alvo de especial atenção por parte dos bibliotecários jurídicos, buscando seu aperfeiçoamento que redundará em economia de tempo para o indexador e para o usuário da informação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676:** Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.

ATIENZA, Cecília Andreotti, **Introdução à Análise e Indexação de Atos Legais**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979. 266p.

BAPTISTA, Sofia Galvão. et.al. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica: relato de pesquisa. **R.Ibero-americana.ciênc.inf.**, v.1 n.2, p. 151-174, jul./dez. 2008. Disponível em: http://164.41.122.25/portalnesp/ojs-2.1.1/index.php/rici/article/view/628> acesso em: 10 Nov. 2010.

BUENO, Tânia Cristina D'Agostini. **Recuperação da Informação Jurídica**: uma abordagem baseada em casos. Florianópolis, 1999. Disponível em: http://www.i3g.org.br/experienciadocente/presencial/engdoconhecimento/biblioteca/resumodissertacaotania.pdf> Acesso em: 20 Out. 2010.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.14. n.2, p. 221- 241, set. 1985. Disponível em: < http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>. Acesso em 1 Nov. 2008.

FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 4. Ed. São Paulo: Saraiva. 2003. 200p.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Textos Avançados em Referência e Informação.** São Paulo: Polis, 1996. 124 p.

FOSKETT, Anthony Charles. **A Abordagem Temática da Informação**. São Paulo: Polígono, 1973, 437p.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; Cessel, Vera Lúcia. Avaliação de linguagens documentárias para controle terminológico em áreas especializadas. In: **Simpósio Ibero-Americano de Terminologia**, 7., Anais... Lisboa: ILTEC - Instituto de Lingüística Teórica e Computacional, 2003, p. 437-448. Disponível em: <http://www.riterm.net/actes/7simposio/apresentacao.htm>. Acesso em: 1 Out 2010.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor, texto, contexto. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da

Informação, v.5 n.4 ago. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br>. Acesso em: 3 Dez. 2008.

_____. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. **Perspect. ciênc. inf**., Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 48-66, jan./abr. 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.

JESUS, Jerocir Botelho Marques de. **Tesauro:** um instrumento de representação do conhecimento em sistemas de recuperação da informação**.** Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/68.a.pdf>. Acesso em: 27 Nov 2008.

LAAN, Regina Helena Van Der. **Tesauro e Terminologia:** uma inter-relação lógica. 2002. 182 f. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

LANCASTER, F. W. **Indexação e Resumos**: teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452 p.

LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli. **A Especialidade do Bibliotecário Jurídico**: bases para uma interação com o usuário operador do direito. [S.l.], 2005. Disponível em: <http://www.gidjrj.com.br/PDF/Art-EspecialidadeBibli.pdf >. Acesso em: 25 Out. 2010.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES JÚNIOR, Aldor Messias. Fontes de Informação Jurídico-legislativas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p.163-174, jul./dez. 1997.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A Política de Desenvolvimento de Coleções no Âmbito da Informação Jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p.137-152.

NAVES, Madalena Martins Lopes. **Curso de Indexação**: Princípios e técnicas de indexação, com vistas à recuperação da informação. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

Disponível em: <http://www.finaltec.com.br/oicd/modules/wfdownloads/viewcat.php?list=C>. Acesso em: 14 Nov. 2008.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias da representação da informação. **Inf.Inf**., Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul./dez. 1996

PASSOS, Edilenice. **Bibliotecário Jurídico**: seu perfil, seu papel. Dezembro, 2001. Disponível em: < http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm>acesso em: 10 Out 2010.

_____.**O Futuro da Biblioteca Jurídica**. Maio, 2005. Disponível em: <http://www.infolegis.com.br/futuro-biblioteca-juridica.htm>. Acesso em: 10 Nov. 2008.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Medidas de consistência da indexação: interconsistência. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.109-114, 1978.

ROWLEY, Jennifer. **A Biblioteca Eletrônica**. Brasília: Briquet de Lemos, 2002.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, M. S. L. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003.

RUBI, Milena. Polsinelli. **Política de Indexação para Construção de Catálogos Coletivos em Bibliotecas Universitárias**. 2008. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: < http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110043P4/2008/rubi_mp_dr_mar.pdf> Acesso em: 27 Out 2010.

SILVA, Andréia Gonçalves; ROLIM, Maria Lúcia de Borba. Organização das fontes de informação jurídica na perspectiva do GIDJ/SP. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 27-33, set. 2009. Disponível em: http://revista.crb8.org.br>. Acesso em: 20 Out. 2010.

TARGINO, Maria das Graças. Bibliotecas Universitárias e especializadas de São Luís. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 16, n. l, p. 19-32, jan./jun. 1988.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. A influência de Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documentária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 4, n. especial, p. 80-92, 2009

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Questionário

Prezado(a) Bibliotecário(a),

Solicito a gentileza de responder o questionário abaixo, que servirá como subsídio à pesquisa que estou realizando para meu Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia da UFRGS. O objetivo deste trabalho é verificar os procedimentos de representação da informação em uma biblioteca jurídica. Sua colaboração é indispensável para o êxito desta pesquisa.

Favor enviar o questionário preenchido para **< biblioindexacao@yahoo.com.br > até 27 de setembro de 2010.**

Grata,

Raquel

Tel.8155-0427

1) Há quanto tempo você trabalha como bibliotecário (a)?

- ☐ 1 a 5 anos;
- ☐ 5 a 10 anos;
- ☐ 10 a 15 anos;
- ☐ Mais de 15 anos.

2) Qual é a sua formação acadêmica?

- ☐ Bacharel
- ☐ Mestre
- ☐ Doutor
- ☐ Outra. Qual?

3) Já realizou cursos de atualização ou especialização na área jurídica ou biblioteconomia?Qual?

4) Há quanto tempo tem atuado como indexador (a) na área jurídica?

- ☐ 1 a 5 anos;
- ☐ 5 a 10 anos;
- ☐ 10 a 15 anos;
- ☐ Mais de 15 anos.

5) O Processo de indexação é orientado por uma política de indexação?

- ☐ sim;
- ☐ não.

6) Esta política é formalizada, ou seja, está expressa em um documento?

- ☐ sim;
- ☐ não. Justifique

7) No caso de ter uma política formalizada, qual a periodicidade com que é revisada?

- ☐ a cada ano;
- ☐ a cada 2 anos;
- ☐ a cada 3 anos;
- ☐ não há previsão;
- ☐ Outra. Qual?

8) Qual a importância da política de indexação para a organização da informação na biblioteca onde atua?

- ☐ Alta;
- ☐ Média;
- ☐ Baixa.

9) Qual a linguagem documentária empregada na representação alfabética das informações?

- ☐ Tesauro. Qual?
- ☐ cabeçalho de Assunto;
- ☐ vocabulário controlado da própria biblioteca;
- ☐ linguagem natural.

10) A linguagem utilizada satisfaz às necessidades de indexação desta biblioteca, ou seja, é suficiente para traduzir os conceitos a serem indexados?

- ☐ Sim, totalmente
- ☐ não, somente em parte
- ☐ não satisfaz
- ☐ Precisa de revisão

11) O nível de exaustividade, ou seja, a extensão ou número de descritores utilizados na indexação de um documento é:

- ☐ 2 a 6;
- ☐ 6 a 10;
- ☐ 10 a 20;
- ☐ não há limite;

12) O número de descritores utilizado em geral é suficiente para descrever o conteúdo do documento analisado?

- ☐ sim, é suficiente;
- ☐ não, há casos que precisariam maior número.
  Qual a solução dada para estes casos?

13) Quanto à especificidade, ou seja, o nível de descrição com que são representados os assuntos dos documentos na indexação:

- ☐ Muito especifico;
- ☐ Pouco especifico;
- ☐ Indexa-se sempre em uma classe mais geral.
- ☐ Depende do caso. Explique

Responda as questões 15 e 17 utilizando uma escala de 1 a 4, sendo 1 o menos prioritário e 4 o mais prioritário.

14) Para auxiliar no processo de indexação são utilizadas outras fontes? Marque quais.

- ☐ Tesauros de outras instituições;
- ☐ bancos de dados de outras bibliotecas;
- ☐ consulta a outros bibliotecários;
- ☐ outras. Especifique.

15) Que tipos de documentos são indexados prioritariamente?

- ☐ livros;
- ☐ periódicos;
- ☐ capítulos de livros;
- ☐ artigos de Periódicos.

16) Com relação ao conteúdo que documentos são indexados prioritariamente:

- ☐ legislação;
- ☐ doutrina;
- ☐ jurisprudência;
- ☐ outro. Justifique:

Responda as questões 18 e 19 utilizando uma escala de 1 a 10, sendo 1 o menor grau e 10 o maior grau.

17) Coloque em ordem de importância e uso as partes do documento que são analisadas no processo de indexação.

- ☐ título e subtítulo;
- ☐ resumo;
- ☐ sumário;
- ☐ introdução;
- ☐ ilustrações;
- ☐ diagramas;
- ☐ tabelas e seus títulos;
- ☐ palavras em destaque;
- ☐ referências.

18) De acordo com a escala acima marque os itens que mais interferem na qualidade do processo de indexação.

- ☐ leitura dos documentos;
- ☐ identificação dos conceitos;
- ☐ tradução dos conceitos;
- ☐ falta de conhecimento especializado na área;
- ☐ domínio da terminologia;
- ☐ desconhecimento da linguagem do usuário;
- ☐ tarefas paralelas que demandam atenção;
- ☐ não há dificuldades;
- ☐ outra dificuldade. Especifique:

19) Indique que outros fatores que também podem interferir no processo de indexação em sua unidade?

- ☐ recursos humanos suficientes;
- ☐ estrutura física adequada;
- ☐ recursos para aquisição de equipamentos;
- ☐ outros. Quais?

20) Com relação à recuperação da informação, a pesquisa na base de dados é realizada:

- ☐ pelo bibliotecário
- ☐ pelo usuário
- ☐ por ambos

APÊNCICE B – TABULAÇÃO DOS DADOS

QUESTIONÁRIO - RESULTADOS GERAIS

PERGUNTAS	RESP.	%
1)Há quanto tempo você trabalha como bibliotecário		
1 a 5 anos	2	16,6%
5 a 10 anos	4	33,3%
10 a 15 anos		
mais de 15 anos	6	50,0%
2)Qual a sua formação acadêmica?		
Bacharel	9	75%
mestre	1	
Doutor		
Outra qual?	1	
Especialização	1	
3) Já realizou cursos de atualização ou especialização na área jurídica ou biblioteconomia?Qual?		
sim	10%	83%
não	2%	17%
Especialização	3	
Bases de dados	4	
Indexação de documentos jurídicos	1	
Catalogação	2	
nenhum	2	
4)Há quanto tempo tem atuado como indexador (a) na área jurídica?		
1 a 5 anos	1	
5 a 10 anos	5	42%
10 a 15 anos	3	
mais de 15 anos	3	
5)O Processo de indexação é orientado por uma política de indexação?		
sim	10	83%
não	2	
6)Esta política é formalizada, ou seja, está expressa em um documento?		
sim	8	80%
não. Justifique	3	
Falta de Tempo	1	
Seguimos uma filosofia não uma lista de procedimentos	1	
usamos a CDU	1	
Não justificou	1	
7)No caso de ter uma política formalizada, qual a periodicidade com que é revisada?		
a cada ano	2	
a cada 2 anos		
a cada 3 anos		
não há previsão	6	75%
outra. Qual		

8) Qual a importância da política de indexação para a organização da informação na biblioteca onde atua?

Alta	8	66,5%
Média	4	
Baixa		

9)Qual a linguagem documentária empregada na representação alfabética das informações?

Tesauro. Qual?	6	50%
Cabeçalho de assunto		
Vocabulário controlado da própria biblioteca	7	58%
Linguagem natural	1	

Instrumentos citados	
Tesauro da justiça Eleitoral	1
Tesauro de Direito do Trabalho	1
Tesauros SCON	1
Web Thes - Thesaurus do Senado Federal	2
Tesauro do Conselho de Justiça Federal	1
VCB Senado Federal	1

10) A linguagem utilizada satisfaz às necessidades de indexação desta biblioteca, ou seja, é suficiente para traduzir os conceitos a serem indexados?

Sim, totalmente	6	50%
não, somente em parte	6	50%
não satisfaz		

Obs. Um respondente indicou a necessidade de revisão.

11) O nível de exaustividade, ou seja, a extensão ou número de descritores utilizados na indexação de um documento é:

2 a 6;	1	
6 a 10;		
10 a 20;		
não há limite;	11	

12) O número de descritores utilizado em geral é suficiente para descrever o conteúdo do documento analisado?

sim, é suficiente;	9	75%
não, há casos que precisariam maior número.	3	25%
Qual a solução dada para estes casos?		
A busca é feita diretamente no acervo	1	

13) Quanto à especificidade, ou seja, o nível de descrição com que são representados os assuntos dos documentos na indexação:

Muito especifico;	7	58%
Pouco especifico;	1	
Indexa-se sempre em uma classe mais geral.		
Depende do caso. Explique	4	
Depende da necessidade dos usuários	1	
Artigos e capítulos têm tratamento mais específico	1	
Não explicou	2	

As questões 14 a 16 foram respondidas conforme uma escala de prioridade de 1 a 4, sendo1 o menos prioritário e 4 p mais prioritário

14) Para auxiliar no processo de indexação são utilizadas outras fontes? Marque em ordem de prioridade.

Grau de utilização	***1***	***2***	***3***	***4***
tesauros de outras instituições;	1	1	2	4
bancos de dados de outras bibliotecas;	3	1	3	2
consulta a outros bibliotecários;	2	2	1	2
o próprio usuário			1	

15) Que tipos de documentos são indexados prioritariamente?

Grau de prioridade na análise	***1***	***2***	***3***	***4***
livros;	2		1	8
periódicos;	3	1	1	4
capítulos de livros;	2	4	1	2
artigos de Periódicos.		5		
outro: legislação do TRF4	1			

16) Com relação ao conteúdo que documentos são indexados prioritariamente:

Grau de prioridade na análise	***1***	***2***	***3***	***4***
legislação;	2	2	1	5 (42%)
doutrina;		2	1	6 (50%)
jurisprudência;	3			
outro. Justifique:				

Responda as questões 18 e 19 utilizando uma escala de 1 a 10 sendo 1 o menor grau e 10 ao maior grau.

17) Coloque em ordem de importância e uso as partes do documento que são analisadas no processo de indexação.

Grau de utilização	***1***	***2***	***3***	***4***	***5***	***6***	***7***	***8***	***9***	***10***
título e subtítulo;	2				1		1	**3**	2	3
resumo;	1	1			2			1	**5**	2
sumário;	1	1						2	1	**7**
introdução;	1		1		1	1	**4**	2		2
ilustrações;	**4**	2	**3**		1			2		
diagramas;	**4**	**3**	2		1	1		1		
tabelas e seus títulos;	3	1		**5**	1		1	1		
palavras em destaque;	2			1	1	**6**	1		1	
referências.	1	1	1	4	1		1	2	1	

Análise da questão 17:

Percentual de bibliotecários que utilizam	**Fonte de consulta**	**Prioridade**
58%	sumário	1 º lugar
42%	resumo	2º lugar

25%	título e subtítulo	3º lugar
32%	Introdução	4º lugar
50%	palavras em destaque	5º lugar
42%	tabelas e seus títulos	6º lugar
25%	ilustrações como	7º lugar
25%	diagramas	8º lugar

18) De acordo com a escala acima marque os itens que mais interferem na qualidade do processo de indexação.

grau de dificuldade	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**
leitura dos documentos;	1		1	1			1	1	2	2
identificação dos conceitos;	1	1			1	1	1	1	1	2
tradução dos conceitos;	2				2	3				2
falta de conhecimento especializado na área;	1		2				1	1	1	3
domínio da terminologia;		1		2				1	2	2
desconhecimento da linguagem do usuário;	1	1		1	1		1	1		3
tarefas paralelas que demandam atenção;	1				2		2	2	2	
não há dificuldades;										3
outra dificuldade. Língua estrangeira					1					

Análise da questão 18

75% dos bibliotecários encontraram dificuldades diversas na indexação
25% dos bibliotecários responderam que não têm dificuldades

Dificuldade encontrada na indexação	**Percentual de bibliotecários**	**Grau de dificuldade (maior) 10 ⟷ 1 (menor)**
Falta de conhecimento especializado na área	25%	Grau 10
	25%	Grau 9
	8%	Grau 8
	8%	Grau 7
	8%	Grau 4
	8%	Grau 3
	8%	Grau 1
Desconhecimento da linguagem do usuário;	25%	Grau 10
	8%	Grau 8
	8%	Grau 7
	8%	Grau 5
	8%	Grau 4
	8%	Grau 2
	8%	Grau 1
Leitura dos documentos	16%	Grau 10
	16%	Grau 9
	8%	Grau 8
	8%	Grau 7
	8%	Grau 4
	8%	Grau 3
	8%	Grau 1
Domínio da terminologia	16%	Grau 10
	16%	Grau 9
	8%	Grau 8
	16%	Grau 4
	8%	Grau 2
Tarefas paralelas que demandam atenção	16%	Grau 9
	16%	Grau 8
	16%	Grau 7
	16%	Grau 5
	8%	Grau 1
Tradução dos conceitos	16%	Grau 10
	25%	Grau 6

	16%	Grau 5
	16%	Grau 1
Identificação dos conceitos	16%	Grau 10
	8%	Grau 9
	8%	Grau 8
	8%	Grau 7
	8%	Grau 6
	8%	Grau 5
	8%	Grau 2
	8%	Grau 1

19) Indique que outros fatores que também podem interferir no processo de indexação em sua unidade?

recursos humanos insuficientes;	7	58%
estrutura física inadequada;	2	17%
falta de recursos para aquisição de equipamentos	2	17%
outros. Quais? Falta de vocabulário controlado unificado na unidade	1	8%

20)Com relação à recuperação da informação, a pesquisa na base de dados é realizada:

Pelo bibliotecário	1	8%
Pelo usuário	2	17%
Ambos	9	75%